

Mestrado em Conservação e Restauro

Mestrado, 2º Ciclo

Plano: Despacho nº 9982/2016 - 05/08/2016

Ficha da Unidade Curricular: Direito do Património Cultural

ECTS: 4; Horas - Totais: 108.0, Contacto e Tipologia, T:30.0; TP:15.0; OT:2.0;

Ano|Semestre: 1|S1; Ramo: Tronco comum;

Tipo: Obrigatória; Interação: Presencial; Código: 338044

Área Científica: Direito

Docente Responsável

Fernando Augusto Desterro Oudinot Larcher Nunes

Docente e horas de contacto

Fernando Augusto Desterro Oudinot Larcher Nunes

Professor Adjunto, T: 30; TP: 15; OT: 2.0;

Objetivos de Aprendizagem

Destina-se a alunos sem formação jurídica com necessidade de conhecimento das normas que regem o património cultural português, e as experiências comparadas. Daí a orientação para o conhecimento fundamental do regime e para aspectos úteis à actividade e à profissão de conservador-restaurador.

Conteúdos Programáticos

- I. Noções preliminares
- II. Evolução do conceito e do direito do património
- III. Evolução do regime jurídico português
- IV. Administração pública com jurisdição sobre o património cultural: central; regional; local
- V. Linhas do actual regime jurídico português
- VI. O regime do mecenato
- VII. A questão do estatuto profissional dos conservadores-restauradores

Conteúdos Programáticos (detalhado)

- I. Noções preliminares
 - o Direito do Património Cultural
 - Direito do Património Cultural e outros ramos do direito
- II. Evolução do conceito e do direito de património
 - breve referência às medidas anteriores ao início do séc.XX
 - o post Grande Guerra
 - da 2ª Guerra mundial à actualidade
- III. Breve visão da evolução do regime jurídico português
 - o alvará de 1721
 - nos finais da monarquia ~
 - a legislação da I República, do Estado Novo e da III República
- IV. A Administração pública com jurisdição sobre o Património cultural: central; regional; local

V. Linhas do actual regime jurídico português

- a) português
- b) internacional
- c) comunitário

VI. O regime do mecenato

VII. A questão do estatuto profissional do conservador-restaurador

Metodologias de avaliação

Consiste em:

- a) uma frequência, na qual será necessário obter a nota de dez valores para aprovação;
- b) um exame escrito, para quem não tiver obtido aprovação na frequência, no qual é exigível também a nota mínima de dez valores.

Estágio

Não aplicável

Bibliografia recomendada

- CABRAL, Clara (2011). *Património cultural imaterial. Convenção da UNESCO e seus contextos*. Lisboa: Edições 70
- LOPES, Flávio (2012). *Património arquitectónico e arqueológico - Noção e normas de protecção*. Lisboa: Caleidoscópico
- NABAIS, J. e SILVA, S. (2006). *Direito do Património Cultural. Legislação*. Coimbra: Almedina
- NABAIS, J. (2010). *Introdução ao Direito do Património Cultural*. Coimbra: Almedina

Coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos

Os conteúdos programáticos adoptados correspondem directamente aos objectivos estabelecidos:

- as grandes linhas abordadas nos pontos I a III do programa;
- o conhecimento fundamental do regime jurídico português é o objecto dos pontos IV a VI;
- a abordagem dos sistemas comparados é feita quer no ponto II, quer pontualmente sempre que tal se considere pertinente;
- os aspectos específicos úteis à actividade e à profissão do conservador-restaurador são não só tratados no ponto V, onde são particularmente referidas as suas responsabilidades legais, como no ponto VII. dado

Metodologias de ensino

Conjugam-se as aulas expositivas com aulas teórico-práticas que incluem a consulta de legislação e a resolução de casos práticos

Coerência das metodologias de ensino com os objetivos

O carácter particular desta UC obriga a utilizar uma metodologia diversificada, que tem vindo a provar ser eficaz:

- o método expositivo, é indispensável para a explanação das noções fundamentais e das grandes linhas;
- a consulta e o trabalho com os documentos normativos, apresenta-se também como fundamental. Atente-se que é um exercício de particular interesse porque se trata de alunos que não têm formação jurídica;
- a resolução de casos práticos, não só permite equacionar realidades concretas com que os alunos se irão confrontar na sua vida profissional, como tem vindo a manifestar-se como um factor de motivação dos alunos

Língua de ensino

Português

ipt



Instituto Politécnico de Tomar

Pré requisitos

Não aplicável

Programas Opcionais recomendados

Não aplicável

Observações

Docente Responsável

[Handwritten signature]

Diretor de Curso, Comissão de Curso

[Handwritten signature]

Conselho Técnico-Científico

[Handwritten signature]